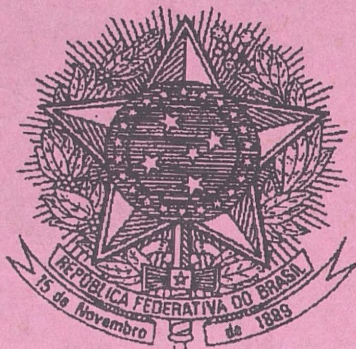


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



NOVA IGUAÇU - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

8º Ofício de Notas e Registros CARTÓRIO RODOLPHO QUARESMA

Rua: Getúlio Vargas, 38 - Nova Iguaçu - RJ - CEP 26.255-060
TEL.: 2767-5506 / 3773-1745

Rodolpho Quaresma de Oliveira Júnior

Notário, Oficial do Registro de Imóveis, de Austin
Oficial do Registro de Títulos e Documentos e
Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas

Pandra Domingues Quaresma de Oliveira

SUBSTITUTA

Maria Henriqueta D. da Costa Quaresma de Oliveira Krepel

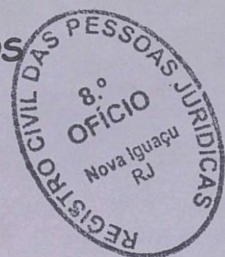
SUBSTITUTA

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

REGISTRO CIVIL PESSOAS JURÍDICAS

ASSOCIAÇÃO TRIÂNGULO ROSA- MOVIMENTO DE EMANCIPAÇÃO
E CONSCIENTIZAÇÃO HOMOSSEXUAL.
ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS

ESTATUTO SOCIAL



CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, FORO E DURAÇÃO

Art. 1º. - A ASSOCIAÇÃO TRIÂNGULO ROSA - ATR - é uma associação civil sem fins lucrativos fundada em 10 de agosto de 2001 com sede e foro na cidade de Nova Iguaçu COM SEDE PROVISÓRIA a Rua Coronel Carlos Matos, 45 Sala 401 Centro - Nova Iguaçu CEP 26210-200, tem caráter cultural, educativo, mobilizador e duração por prazo indeterminado e reger-se-á pelo presente estatuto pelos dispositivos legais ou regulamentos que lhe forem aplicados.

Parágrafo Único - A Associação poderá, mediante deliberação da diretoria, criar- sub-sedes em qualquer parte do território nacional.

Art. 2º. - ATR é pessoa jurídica de direito privado, não tendo vinculação a nenhum partido político, grupo religioso ou qualquer organismo ou entidade cujos fins específicos não digam respeito à conscientização e emancipação homossexual.

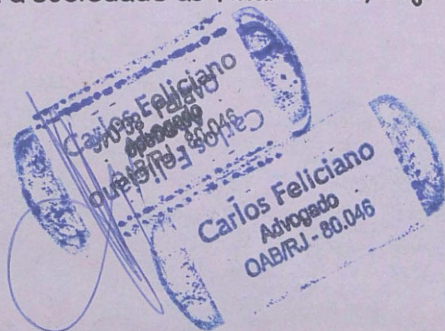
Art. 3º. - A denominação ASSOCIAÇÃO TRIÂNGULO ROSA ATR - foi aprovada na 1ª Reunião da comissão provisória em 10 de agosto de 2004 e referendada na data da aprovação deste estatuto. O nome REFERE-SE AO TRIANGULO ROSA QUE ERA COLOCADO NA ROUPA DOS PRESIDÁRIOS GAYS NOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NAZISTA., é a crença na pluralidade, ou seja: aceitamos as diferenças entre os seres humanos, suas idéias, sentimentos e credos, acreditando que podemos caminhar juntos na construção de um mundo sem preconceito e discriminação em relação à orientação sexual, sobretudo à orientação homossexual.

CAPÍTULO II - DAS FINALIDADES

Art. 4º. - Constitui finalidade fundamental da ATR, organizar, sem qualquer forma de discriminação, o maior número de pessoas interessados em defender a liberdade de orientação sexual, especificamente a homossexual.

Art. 5º. - Constituem finalidades específicas da ATR:

- 1 - Conscientizar as pessoas com orientação homossexual da sua importância enquanto seres humanos de seus direitos e, principalmente de sua liberdade de orientação homossexual;
- 2 - Contribuir para coleta e organização de informações e a produção de conhecimentos sobre a sexualidade humana, especificamente sobre a homossexualidade;
- 3 - Conscientizar a sociedade do direito à liberdade de orientação sexual, especificamente a homossexual;
- 4 - Divulgar para a sociedade as finalidades, objetivos, promoções e realizações da ATR:



Engenheiro

Parágrafo Único - Cabe a diretoria a responsabilidade pelas informações, assim como a forma como tais serão veiculadas.

5 - Combater qualquer manifestação de discriminação por orientação homossexual;

6 - Promover intercâmbio com outras organizações afins a nível nacional e internacional, bem como entidades de defesa de outros grupos minoritários ou entidades empenhadas na defesa dos direitos humanos respeitando o art. 2º do presente estatuto;

7 - Auxiliar na formação de novos grupos de conscientização e emancipação homossexual em todo território nacional e no exterior;

8 - Promover a auto-estima dentro da comunidade homossexual, objetivando uma melhoria na qualidade de vida;

9 - Participar, apoiar e divulgar trabalhos culturais, artísticos, literários, cívicos e desportivos ou quaisquer outros de interesse da comunidade homossexual.

10- desenvolver atividades relacionadas com a prevenção às DST/AIDS.

CAPÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO

Seção I - Dos Membros

Art. 6º. - São membros da ATR, pessoas físicas maiores de 18(dezoito a) anos que aceitem o presente estatuto e tenham formalizado sua inscrição junto a ATR.

Parágrafo Único - Em quaisquer circunstâncias, somente terão acesso as fichas de filiação a Diretoria do ATR resguardando assim o direito à inviolabilidade da pessoa humana.

Art. 7º. - O quadro social é composto de:

1 - Membros Colaboradores;

2 - Membros Frequentadores.

Parágrafo Primeiro - Os membros Colaboradores são aqueles que, após frequentarem cinco reuniões consecutivas ou pelo menos oito das últimas dez reuniões anteriores à sua inscrição, aceitando contribuir mensalmente com quantia deliberada pela Diretoria e aceitando o presente estatuto, adquirem direito a voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

Parágrafo Segundo - Os Membros Frequentadores são aqueles que, sem participar regularmente das atividades da Associação, contribuem para o seu desenvolvimento, tendo garantido de voz mas não o de voto nas Assembléias Gerais.

Art. 8º. - A admissão de membros previstos no art. 4º dependerá de aprovação da diretoria.

Art. 9º. - Os membros não respondem nem subsidiariamente pelas dívidas e obrigações da ATR.

Art. 10º. - Constituem direitos dos membros da ATR:

1 - Propor, discutir e votar na Assembléia Geral;

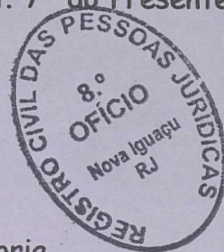
2 - Votar e ser votado para cargos da diretoria, respeitando o parágrafo único do artigo 11º do presente estatuto;

3 - participar de qualquer evento promovido pela ATR.

Carlos Feliciano
Advogado
OAB/RJ - 80.046

Engenheiro

Parágrafo Único - Tais direitos se darão respeitando-se o previsto no art. 7º do Presente estatuto.



Art. 11º. - Constituem deveres dos membros da ATR:

- 1 - Respeitar e fazer respeitar o presente estatuto;
- 2 - Participar das atividades da ATR;
- 3 - Efetuar pontualmente o pagamento das mensalidades definidas pela Diretoria.

Parágrafo Único - Para votar e ser votado em qualquer instância, o membro deverá estar em dia com a Tesouraria.

Art. 12º. - Poderão se aplicadas sanções aos membros da ATR que firam os interesses do mesmo e o presente estatuto, cabendo a decisão à Assembléia Geral.

Seção II - Da Administração

Art. 13º. - A ATR é constituído dos seguintes órgãos:

- 1 - Assembléia Geral;
- 2 - Diretoria;
- 3 - Coordenações

Seção III - Das Assembléias Gerais

Art. 14º. - A Assembléia Geral é órgão máximo soberano e deliberativo da ATR, sendo constituída por todos os membros da ATR, respeitando-se o dispositivo nos artigos 6º, 7º, 8º, 9º, 10º e 11º do presente estatuto.

Parágrafo Primeiro - As pessoas que não forem membros colaboradores da ATR será garantido apenas o direito de voz, mas não o de voto.

Parágrafo Segundo - É vedado o voto por procuração.

Parágrafo Terceiro - As deliberações da Assembléia Geral serão aprovadas por metade mais um dos membros presentes.

Art. 15º. - A assembléia geral reunir-se-á ordinariamente a cada ano por convocação da Diretoria, através de sua Secretaria, com antecedência mínima de 15(quinze) dias através de correspondências dirigidas a seus membros e de Edital afixado na sede da ATR.

Parágrafo Único - Em primeira chamada, a assembléia geral deliberará com a presença de 1/3 (um terço) de seus MEMBROS e apos 30 (trinta) minutos em Segunda chamada com qualquer número.

Art. 16º. - A assembléia geral reunir- se- á extraordinariamente pr convocação da diretoria ou quando solicitado por 1/3 (um terço) de seus MEMBROS com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo Primeiro - As assembléias gerais extraordinárias tratarão exclusivamente dos assuntos que deram motivos à sua convocação

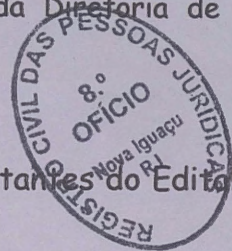
Parágrafo Segundo- Tendo sido convocada a Assembléia Geral Extraordinária, os convocadores devem notificar à Secretaria da Diretoria para a elaboração de Edital e divulgação com antecedência mínima de 3 dias.

Art. 17º. - Compete à Assembléia Geral Ordinária:



Engenheiro

- 1 - Eleger a Diretoria, respeitando os Artigos 10º, 19º e 20º.
- 2 - Conhecer, discutir e julgar os relatórios sobre as atividades da Diretoria de das coordenações;
- 3 - Apreciar e julgar as contas da Diretoria.
- 4 - Discutir e aprovar o plano anual de ação da ATR;
- 5 - Deliberar sobre dos assuntos gerais de interesse da ATR constantes do Edital de Convocação.



Art. 18º. - Compete à Assembléia Geral Extraordinária:

- 1 - Aplicar sanções aos MEMBROS da ATR conforme Art.12º do presente Estatuto;
- 2 - Alterar total ou parcialmente o presente Estatuto, mediante aprovação de 2/3 de seus MEMBROS COLABORADORES;
- 3 - Deliberar sobre a dissolução da ATR;
- 4 - Deliberar sobre a destituição de MEMBROS da Diretoria;
- 5 - Deliberar sobre os assuntos motivadores da convocação.

Seção IV - Da Diretoria

Art. 19º. - A Diretoria será eleita pela Assembléia Geral Ordinária, por maioria simples, com mandato de 2(DOIS) anos, vencendo o mandato a cada dia 21.05 (vinte e um de maio) de cada biênio.

Parágrafo Primeiro - A convocação da Assembléia Geral Ordinária deverá ser feita na última quinzena de abril de cada ano.

Parágrafo Segundo - Para concorrer à Diretoria devem ser formadas chapas, as quais deverão inscrever-se junto à Secretaria até 5 (cinco) dias antes da data da Assembléia que elegerá a nova Diretoria.

Art. 20º. - A Diretoria será composta de 6 (seis) MEMBROS:

- 1 - Presidente;
- 2 - Vice-Presidente;
- 3 - secretário;
- 4- 1º secretário
- 5- tesoureiro
- 6- 1º tesoureiro

ART. 21º fica instituído o conselho fiscal da ATR.

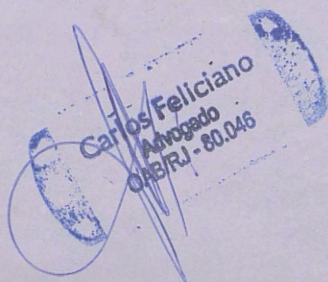
Parágrafo primeiro- O conselho fiscal será composto de 3 (três) membros, presidente e 2 (dois) conselheiros.

Parágrafo Segundo. a finalidade principal do Conselho fiscal é fiscalizar o cumprimento do Estatuto da ATR.

Parágrafo Primeiro - Os MEMBROS da Diretoria serão eleitos em Assembléia Geral por aclamação ou por voto universal e secreto dos MEMBROS, conforme Art 17º

Parágrafo Segundo - Em caso de impedimento ou vacância de algum cargo da Diretoria, cabe à Assembléia Geral a nomeação de substituto escolhido entre MEMBROS da ATR.

Parágrafo Terceiro - Apenas MEMBROS COLABORADORES da ATR poderão votar ou ser votados nas chapas concorrentes à Diretoria.



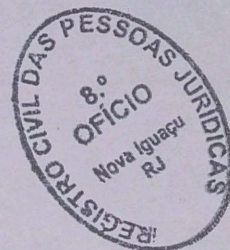
Engino

Parágrafo Quarto - Em caso de renúncia de MEMBROS da Diretoria, deverá esta ser comunicada ao Presidente por escrito.

Parágrafo Quinto - Os MEMBROS da Diretoria não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas em nome da ATR, quando agirem dentro dos poderes que lhe são atribuídos neste Estatuto.

Art. 22º. - Comete à Diretoria

- 1 - Convocar a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária;
- 2 - Executar e fazer cumprir as decisões da Assembléia Geral;
- 3 - Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- 4 - Criar comissões de trabalho quando for necessário;
- 5 - Preparar o relatório anual sobre as atividades da ATR.
- 6 - Criar e dissolver as Coordenações e Comissões da ATR, respeitando o Art.26º do presente Estatuto.



Parágrafo Único - diretoria reunir-se-á mensalmente e extraordinariamente quando for necessário

Art. 23º - compete ao presidente da ATR;

- 1 -presidir e coordenar as reuniões da diretoria e das assembleias gerais.
- 2 -convocar a diretoria para às reuniões ordinárias e extraordinárias;
- 3 -gerir com o tesoureiro os recursos da diretoria da ATR, aprovando e assinado os documentos referentes a gestão financeira
- 4 -representar a ATR em juízo ou extra - judicialmente e receber citações e intimações em nome da ATR;
- 5 -Assinar toda correspondência e documento emitido pela ATR;
- 6 -delegar poderes a outro membro da diretoria
- 7 -cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto

Art. 23º. -compete ao vice presidente;

- 1 -auxiliar o presidente e substitui-lo em seus impedimentos
- 2 -elaborar as correspondências da atr
- 3 -elaborar os relatórios da ATR

Art. 24º. - compete ao secretário.

- 1- substituir o presidente e o vice presidente em suas faltas e impedimentos
- 2- encarregar-se das atas das reuniões e assembleias realizadas;
- 3- fazer as convocações para as reuniões e assembleias
- 4- elaborar e organizar juntamente com o presidente, as pautas das reuniões e assembleias.
- 5- Manter em ordem e em dia o arquivo e o fichário dos membros da ATR.
- 6- Organizar a homoeoteca da ATR.

Art.25º compete ao 1º secretário.

Parágrafo único. Substituir o secretário em suas ausências e impedimentos

Art.26º compete ao tesoureiro;

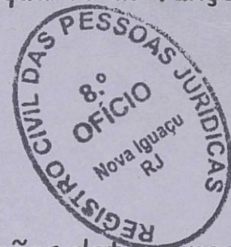


Engines

- 1- elaborar planos de arrecadação dos recursos financeiros da ATR, manter em ordem e em dia o livro-caixa, cobrar e receber as mensalidades, contribuições e doações.
- 2- Submeter a aprovação da diretoria os documentos relativos a gestão financeira
- 3- Substituir o presidente em suas ausências ou impedimentos, quanto as funções do item 3 do artigo 22;

Art 27º compete ao 1º tesoureiro

- 1- Substituir o tesoureiro em seus impedimentos.



Seção V - Das Coordenações

Art. 28º - As coordenações serão constituídas e terão as suas funções determinadas pela diretoria e aprovadas por uma assembléia geral extraordinária, conforme a necessidade da ATR;

CAPÍTULO IV - DOS RECURSOS E PATRIMÔNIO DA ATR;

Art. 29º - O patrimônio social da ATR será constituída de;

- 1 - Mensalidade dos MEMBROS COLABORADORES;
- 2 - Doações espontâneas dos MEMBROS FREQUENTADORES;
- 3 - Contribuições de outras pessoas físicas e jurídicas;
- 4 - Rendas provenientes de quaisquer atividades promovidas pela ATR;

Parágrafo Único - Ainda que sem fins lucrativos, a ATR poderá constituir renda visando a sua aplicação na seqüência dos objetivos do mesmo, sendo necessário o registro do livro-caixa.

- 5 - bens móveis, imóveis, obras de arte que possuir ou venha a possuir por compra, doação legado ou outra forma legal.

Art. 30º - Todas as despesas e receitas da ATR serão escrituradas em livros revistos das formalidades legais.

Art. 31º - Os bens patrimoniais da ATR só poderão ser alienados por decisão de dois 2/3 (Dois terços) dos seus membros colaboradores em assembléia geral extraordinária convocada para tal fim.

Parágrafo Único - os recursos obtidos com a venda de bens da ATR deverão ser imediatamente reaplicados no interesse da ATR.

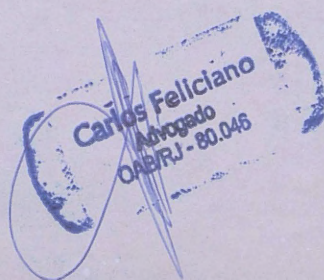
CAPÍTULO V - DAS DEPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS DA ATR

Art. 32º - A ATR somente poderá ser dissolvida por decisão de $\frac{3}{4}$ (três quartos) de seus membros colaboradores em assembléia extraordinária convocada para este fim.

Art. 33º - em caso de dissolução da ATR, todos os seus bens móveis e imóveis e valores de qualquer espécie, reverterão em benefício de entidades que lutam contra a discriminação por orientação sexual.

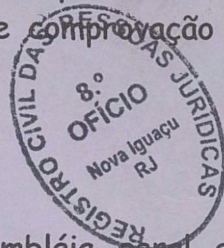
Parágrafo Segundo -

Art. 34º - nenhum dos cargos da diretoria e coordenação será remunerada



Eugenio

Art. 35° a ATR poderá reembolsar as despesas de seus membros quando estes estiverem representando a ATR em quaisquer situações, mediante comprovação e mediante aprovação de tal reembolso pela diretoria.



Art. 36° - o primeiro mandato da diretoria eleita pela Assembléia geral de constituição será de 1 (um ano) cumprido até 10 de agosto de 2005, exceto em caso de destituição ou renúncia.

Nova Iguaçu, 1° De Maio de 2001

Eugênio Ibiapino dos Santos
EUGÊNIO IBIAPINO DOS SANTOS.
PRESIDENTE



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE JUSTIÇA
Travessa Irene, nº 2 - Centro - Nova Iguaçu - RJ. Reconhecido por
SEMELHANÇA a firma de: EUGÊNIO IBIAPINO DOS SANTOS (L:48/F:1)
No: 18351
Nova Iguaçu, 26 de Novembro de 2004. Conf. por: _____
Aline C. Muger Silva/Simone B. S. Cerqueira
Serventia 2.00
20% P.Judiciário 20.57
Total 3.43

CARTÓRIO 1º OFÍCIO
Colso J. F. Bonfim
TABELIÃO
2767-0621
NOVA IGUAÇU - RJ

CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA - RJ
SELO DE FISCALIZAÇÃO
RECONHECIMENTO
DO TITULO
1ATO
DMF
ILS84612

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO CIVIL PESSOAS JURÍDICAS
RUA GETÚLIO VARGAS, 38 - N. IGUAÇU - RJ
8.º OFÍCIO

Apresentado hoje para registro e
apontado sob o n.º _____ de protocolo
livro A _____ Registrado sob o
n.º Ordem 1566 Livro A-9 do registro
Boleto Poderes Jurídicos
Nova Iguaçu 30/11/2004

O QUE CERTIFICO

Sandra R. Gomes de Oliveira
SUBSTITUTA
Mat. 94/014

OFICIAL



Eugênio

CÓPIA

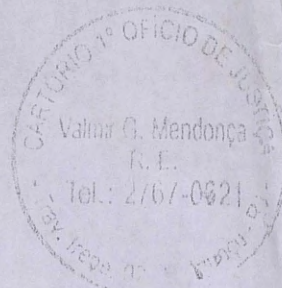
PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU

Nº 00000691/2006
Data: 23/06/2006

Proposição: CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA
Requerente: COORD. 3ª PARADA GLBT DA BAIXADA
Ementa: APRESENTANDO NOTA DE ESCLARECIMENTO -

A GLBT DA BAIXADA

16



NOTA DE ESCLARECIMENTO

Nós da ASSOCIAÇÃO TRIÂNGULO ROSA Movimento de Emancipação e Conscientização Homossexual e da AGANI (Associação dos Gays e amigos de Nova Iguaçu) Vimos informar que não tivemos qualquer participação no "documento" em anexo que foi enviado para a imprensa pela APABAFLU (Associação da Parada Gay da Baixada) e que erroneamente utilizou o nome das nossas instituições de maneira irresponsável criando assim uma animosidade e um clima de instabilidade política entre a organização da 3ª Parada GLBT e os órgãos governamentais. Todavia o atraso da saída do material para a pré-produção da 3ª Parada GLBT é uma evidência mas não é motivo para se tornar público de maneira irresponsável e eleitoreira.

Todas as reuniões com a Prefeitura aconteceram sempre com um representante das três entidades organizadoras do evento. É lamentável que a APABAFLU esteja sendo utilizada como cabo eleitoral e deixando se manipular por políticas eleitoreiras colocando as questões GLBTS em segundo plano.

Compreendemos que nossas relações com as autoridades devem acontecer com parâmetros éticos e democráticos. Portando o documento da APABAFLU plantando na imprensa não tem o aval das nossas organizações e não representa a maioria da comunidade homossexual da baixada Fluminense.

Reafirmamos a nossa parceria com a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu e entendemos que já temos problema demais para nos preocupar, haja vista que em nossa região somente no mês de abril aconteceram cinco homicídios de homossexuais por motivo de intolerância e preconceito.

Portanto precisamos da solidariedade dos governantes e da sociedade como um todo e não podemos perder tempo em criar situações desagradáveis usando o nome de terceiros.

**PELA CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA,
NOVA IGUAÇU PEDE PAZ.**

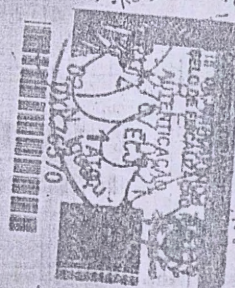
Cordialmente

Associação Triângulo Rosa

Engenheiro Ilupano

Agani

Suice Lima



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE JUSTIÇA
Rua da Assembleia, 131 - Centro - Nova Iguaçu - Rio de Janeiro
Nº 00000691/2006
Original que se foi apresentado.
Nova Iguaçu, 23 de Junho de 2006.
Serenita 1.332
20.6.2006 0.35